

## A GESTÃO PARTICIPATIVA NA ESCOLA PÚBLICA E O ENSINO DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL

**Lorena da Cunha Rodrigues Naves; Harley Anderson de Souza**

Pedagoga; Especialista em Psicopedagogia pela FABEC; Coordenadora Educacional de Escola Particular

[lcnaves2006@hotmail.com](mailto:lcnaves2006@hotmail.com)

### RESUMO

A escola tem um papel importante no exercício da cidadania, ou seja, ela pode colaborar para a formação de pessoas que participam das decisões sobre os destinos da educação. Assim, educadores, enquanto cidadãos e instituições de ensino público são agentes em defesa da qualidade de vida das pessoas e do ambiente. A Educação Ambiental não deve estar apenas na teoria, a instituição escolar deve fazer com que todos os alunos queiram provocar mudanças por meio da coleta seletiva, de debates, oficinas, palestras, simpósios, campanhas, projetos, promovendo por meio dessas práticas uma consciência crítica. Este artigo, apoia-se principalmente em bibliografias com conteúdo relevante e coleta de dados com professores que trabalham com Educação Ambiental em escolas públicas no município de Goiânia.

**PALAVRAS-CHAVE: Coleta Seletiva; Escola; Educação Ambiental; Gestão Escolar**

### INTRODUÇÃO

A escola é um universo específico cuja realidade só pode ser compreendida a partir de um conhecimento prévio. Contudo, não deixa de guardar pontos em comum no que diz respeito à natureza conceitual da participação, com relação à experiência prática da gestão participativa no ensino.

O caso particular da gestão participativa, especificamente as de Goiás, ilustra um processo avançado relativamente antigo de adoção de instrumentos amplos e generalizados de consulta aos distintos segmentos que as compõem.

Conforme Gutierrez e Catani (2011), o universo da escola é particularmente complexo e específico, onde o diálogo só pode ser verdadeiro e frutífero a partir de um esforço de aproximação onde todos tentem perceber e conhecer o outro em seu próprio contexto e a partir da sua própria história constitutiva.

Ainda seguindo o pensamento dos autores citados acima, o primeiro aspecto a ser destacado, para evidenciar a especificidade da escola pública, é a sua intensa relação com a comunidade, ou seja, a escola pública acaba lidando com o Brasil real, o Brasil da miséria, da pobreza em todos os seus sentidos, de uma forma muito mais direta e urgente que a universidade ou a empresa.

Para Gutierrez e Catani (2011), quando fala-se em gestão participativa no âmbito da escola pública, refere-se a uma relação entre desiguais onde vamos encontrar uma escola sabidamente desparelhada do ponto de vista financeiro para enfrentar os crescentes desafios que se apresentam.

A participação na administração da escola está, teoricamente, garantida por meio do funcionamento do Conselho de Escola, que é resultado de uma longa e dura luta política que data do início da década de 1980. Na opinião de Paro (1997) Apud Gutierrez e Catani (2011), a participação de pais nas decisões da escola pode resultar em uma maior pressão das cobranças internas.

A participação de pais na participação de pequenos reparos, em serviços de limpeza, na preparação da merenda, ou ainda na organização e cumprimento de tarefas ligadas a festas, excursões e outras atividades, acaba por lhes dar acesso a informações sobre o funcionamento da escola e sobre fatos e relações que aí se dão e que podem ser de grande importância, seja para conscientizarem-se da necessidade da sua participação nas decisões. (PARO, 1997, p.51).

A nova lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei n. 9.394/96), procura, diferentemente da legislação e prática de ensino anteriores, “flexibilizar e descentralizar as estruturas educacionais”, dando as escolas mais autonomia de gerenciamento. (GUTIERREZ e CATANI, 2011).

[...] As novas diretrizes também valorizam o papel dos pais na educação, uma vez que preveem um aumento de sua participação no conselho escolar, na instância responsável pela elaboração do regimento [...]. (FOLHA DE SÃO PAULO, 6 de abril de 1998, p.2).

As discussões sobre a democratização da gestão escolar não podem negligenciar as políticas de educação no Brasil. Para Dourado (2011), a gestão democrática é entendida como de aprendizado e de luta política que não se circunscreve aos limites da prática educativa mas vislumbra, nas especificidades dessa prática social e de sua relativa autonomia, a possibilidade de criação de canais de efetiva participação e de aprendizado democrático.

Para Dourado (2011), quaisquer políticas que se voltem para a democratização das relações escolares devem considerar o contexto em que elas se inserem, as necessidades daí decorrentes e as condições objetivas em que elas se efetivam.

O processo por meio dos quais os indivíduos e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial a sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade (Lei 9.705, 1999 Apud CARVALHO, 2006. p. 54).

## DESENVOLVIMENTO

A escola é o lugar onde se dá parte do processo de socialização da criança, o que ensina e faz na escola significa para os pequenos exemplos daquilo que a sociedade aprova. A escola passa a ser um instrumento fundamental para o desenvolvimento da Educação Ambiental.

Para Palmer (2006), a Educação Ambiental não pode ser desvinculada da cidadania e deve resgatar valores éticos e democráticos. Deve ser entendida como educação política, que reivindica e prepara o cidadão para exigir justiça social. Diante disso o processo educacional ambiental requer práticas inovadoras, capazes de ampliar a percepção, promover o senso crítico e autocrítico, resgatar valores e produzir mudanças.

Ensinar implica proporcionar situações de ensino-aprendizagem nas quais a pessoa entre em conflito e se veja obrigada a atualizar seus esquemas mentais e afetivos e a explicitar seus preconceitos, conseguindo, assim, construir outros esquemas cada vez mais amplos e complexos com maior quantidade e qualidade de inter-relações e mais estruturados (MEDINA; SANTOS, 2003).

De acordo com Tozoni-Reis (2004), a Agenda 21 afirma que a Educação Ambiental “*não é neutra, mas ideológica*”, e a situa em uma perspectiva interdisciplinar, de fundamental importância para que a educação possa assumir seu papel na construção de sociedade sustentável pela promoção do pensamento crítico e inovador dos sujeitos/educandos, respeitando a diversidade cultural e promovendo a integração entre as culturas.

A tarefa da Educação Ambiental, segundo Garcia (1993) Apud Oliveira e Mácedo (2008), é a participação política para a transformação social, resultado da apropriação crítica e reflexiva dos conhecimentos sobre os problemas ambientais, e que poderá garantir os espaços de construção e elaboração de valores éticos para uma relação menos predatória entre os sujeitos e entre eles e o ambiente.

Carvalho (2006), destaca que a Educação Ambiental constitui uma proposta pedagógica concebida como nova orientação em educação a partir da consciência da crise ambiental. No Brasil, a Educação Ambiental que se orienta pelo tratado de Educação Ambiental para as sociedades sustentáveis tem buscado construir uma perspectiva interdisciplinar para compreender as questões que afetam as relações entre os grupos humanos e seu ambiente e intervir nelas, acionando diversas áreas do conhecimento e valorizar os modos de compreensão e manejo do ambiente.

A Educação Ambiental, além de carregar consigo a utopia do mundo sustentável que a distingue, propõe se a desenvolver capacidades de interpretação da realidade, de análise crítica dos fenômenos e de explicitação de toda essa rede de inter-relações, com a intenção não de criar um emaranhado insolúvel de questões e provocar angústias coletivas, mas de identificar caminhos possíveis para a construção de experiências de vida sustentáveis.

A Educação Ambiental inserida nas práticas escolares pode significar, portanto, a inserção da escola e dos saberes que se processam em seu interior num movimento de análise e reflexão profunda do sentido de estar no mundo, vendo-o como potência e possibilidade. Educação ambiental significa educar com a perspectiva da projeção da vida, na vida e por ela. Para tanto impõe-se uma escola capaz de se organizar através de diálogos com a realidade, diálogos críticos e propositivos com base na autonomia de ideias e práticas que se entrelaçam permanentemente (SEGURA, 2001).

Para Rosa (2001), a Educação Ambiental deve ser tratada como um componente essencial no processo de formação e de educação permanente da sociedade, possuindo uma abordagem direcionada para a resolução de problemas e contribuindo para o envolvimento ativo do público. Desta maneira, deve ser considerada como o sistema educativo mais relevante e mais realista para se estabelecer uma maior interdependência entre estes sistemas, o ambiente natural e o social, tendo como objetivo o desenvolvimento de um crescente bem estar das comunidades humanas.

Considerando que a educação, enquanto prática social, não se atém apenas à escolarização, prática educativa institucionalizada, mas tem o seu *locus* privilegiado, é fundamental situar que essas políticas não podem ser entendidas a partir da submissão à lógica utilitarista de vinculação irrestrita às demandas do processo produtivo.

Para Ferreira (2011), o redimensionamento do papel da escola, sobretudo a pública, enquanto agência de formação, não deve vincular-se meramente à lógica do mercado de trabalho. Entende-se neste contexto, a educação como elemento constitutivo das relações sociais. Essas considerações trazem complicações para a análise da escola na medida em que esta é sempre resultante de projetos de sociedade em disputa.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

As ações de educadores ambientais devem propor a criação e promover a ocupação de espaços possíveis, onde os princípios participativos possam se expressar na perspectiva construtivista de novos saberes e práticas que estimulem a organização coletiva e espaços colaborativos de ruptura da armadilha paradigmática. Como, por exemplo, a construção participativa do projeto político pedagógico da escola; a constituição de grêmios estudantis; associações de pais e mestres; conselhos escolares/comunidade; implantação de agendas 21 escolares e comunitárias.

A construção desses espaços já se constitui em si em ação educativa para a educação ambiental, já que propicia a articulação de um movimento coletivo em que, trazendo as questões socioambientais como temas geradores, se problematiza a realidade remetendo a uma reflexão e um desvelamento do que se apresenta, alimentando uma ação crítica, porque consciente e com a intenção de mudar a realidade em um processo de construção da sustentabilidade socioambiental.

A participação da Educação Ambiental tem sido uma importante ferramenta de ensino com a crise ecológica, busca métodos de experiências que visam à reflexão, concepção e novas bases de conhecimentos e valores ecológicos nesta e nas futuras gerações centralizando na compreensão da vida, despertando nas crianças e adolescente a importância do meio ambiente em favorecer a consciência de responsabilidade sócio-ambiental no sentido de proteção e preservação da natureza.

A Educação Ambiental se aplicada corretamente pode possibilitar as novas gerações a uma mentalidade conservacionista que será muito mais fácil implementar políticas que visam a utilização sustentável dos recursos planetários no futuro, ao proporcionar perspectivas que criem ideias inovadoras e permitam formar um cidadão crítico reflexivo e participativo, apto a tomar decisões e contribuir para o desenvolvimento das ações humanas, tendo uma convivência harmoniosa com o ambiente natural.

O questionamento às formas usuais de indicação dos dirigentes escolares possibilitou a emergência de novas modalidades de escolha, destacando-se nesse processo, a defesa da eleição direta para dirigentes escolares como uma contraposição ao caráter autoritário e clientelista em que se inseriam as práticas escolares.

---

## REFERÊNCIAS

- CARVALHO, Isabel Cristina de Moura. **Educação Ambiental: a formação do sujeito ecológico**. São Paulo: Cortez, 2004.
- DOURADO, Luiz Fernando. A escolha de Dirigentes Escolares: políticas e gestão da educação no Brasil. In: **Gestão Democrática de Educação: atuais tendências, novos desafios**. Naura Syria Carapeto Ferreira (org.).- 7 ed. São Paulo: Cortez, 2011.
- FERREIRA, Naura Syria Carapeto. **Gestão Democrática de Educação: atuais tendências, novos desafios**. 7 ed. São Paulo: Cortez, 2011.
- GUTIERREZ, Gustavo Luiz; CATANI, Afrânio Mendes. Participação e Gestão Escolar: conceitos e potencialidades. In: **Gestão Democrática de Educação: atuais tendências, novos desafios**. Naura Syria Carapeto Ferreira (org.).- 7 ed. São Paulo: Cortez, 2011.
- MEDINA, Naná Minini; SANTOS, Elizabeth da Conceição. **Educação Ambiental: uma metodologia participativa de formação**. 3.ed. Petrópolis/RJ: Vozes, 2003.
- OLIVEIRA, Alberto de; MACÊDO, Kátia Barbosa. Educação Ambiental e a Formação de Gestores Ambientais: entre o discurso e as práticas. In: **Gestão Ambiental e Organizações Interfaces Possíveis**. Coord. Kátia Barbosa Macêdo. – Goiânia: Ed. da UCG, 2008.
- PARO, Victor Henrique. **Gestão Democrática da Escola Pública**. São Paulo: Ática, 1997.
- ROSA, Antônio Carlos Machado. As grandes linhas e orientações Metodológicas da Educação Ambiental. In: **Educação Ambiental: curso básico à distância - educação e educação ambiental I**. Coordenação Geral: Ana Lucia T. de A. Leite e Nana Mininni Medina. Brasília: MMA, 5v. 2ª ed., 2001.
- SEGURA, Denise de Souza Baena. **Educação ambiental na escola pública: da curiosidade ingênua à consciência crítica**. São Paulo: Annablume/ Fapesp, 2001.
- TOZONI-REIS, Marília Freitas de Campos. **Educação Ambiental: natureza, razão e história**. Campinas: Autores Associados, 2004.